

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – FFLCH/ USP

A ideologia, as ideologias

Aluna: Larissa Bortoloti Aquino

1º semestre/ 2011

Introdução

O texto a seguir apresenta uma genealogia do conceito marxista de ideologia. Dados os limites deste trabalho, serão expostas somente as concepções de ideologia de dois pensadores do marxismo: o próprio Karl Marx e Antonio Gramsci. Faz-se a ressalva de que o entendimento do conceito não será comprometido, pois ambos os pensadores forneceram as bases sobre as quais se pensa a ideologia.

Marx foi responsável por imortalizar o conceito de ideologia e associá-lo à crítica da sociedade capitalista. A partir da leitura de duas grandes obras deste pensador, *A Ideologia Alemã* e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, compreende-se que a ideologia está identificada com a superestrutura da sociedade e é responsável pela inversão da consciência dos homens. A ideologia é falsa consciência.

Gramsci, embora tenha grande débito para com a concepção marxiana, consegue imprimir novo conteúdo à ideologia e ampliar a discussão da crítica do capitalismo. Nos *Cadernos do Cárcere*, o pensador italiano define a ideologia como concepção de mundo. Desse modo, existiriam diferentes ideologias, uma delas a própria filosofia da práxis¹.

A relevância da compreensão do conceito de ideologia se justifica duplamente sob o ponto de vista da Sociologia como disciplina escolar: primeiro, a ideologia é tematizada não raramente pelas propostas curriculares, sendo também mote de explicação de fenômenos sociais, como cultura de massa, consumismo. Segundo, a superação da ideologia é posta como objetivo do ensino de Sociologia, tal como se deveria sobrepujar o preconceito, o senso comum, viabilizando dessa maneira o desenvolvimento da capacidade crítica, da autonomia do pensamento. Assim, a exposição a seguir objetiva fornecer subsídios, isto é, servir aos propósitos do professor de Sociologia e dos interessados no ensino do conceito.

¹ Nome usado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere para se referir ao marxismo.

Origem do conceito de ideologia

O termo ideologia foi primeiramente cunhado por Destutt de Tracy, em seu livro “Elementos de Ideologia”, de 1801. De Tracy participou ativamente da Revolução Francesa, ao lado da burguesia revolucionária, e foi no calor dos acontecimentos que esboçou o conceito de uma ciência das ideias, a ideologia. Justamente, para De Tracy, a ideologia seria uma nova disciplina filosófica, empenhada na decomposição das ideias até descobrir seus elementos constitutivos (EAGLETON, 1997, p. 68; KONDER, 2002, p. 21).

A crença fundamental desta disciplina era a de que a ação dos homens pautava-se sobre os conhecimentos adquiridos na vivência comum, e estes conhecimentos, organizados em ideias, compunham-se das sensações e percepções em relação ao mundo. A partir do descobrimento da base material, das leis que governavam a formação e o desenvolvimento das ideias, os estudiosos da ideologia, os ideólogos, pretendiam além de compreender os homens, melhorar o mundo (KONDER, 2002, p. 21).

Sobre essa primeira significação do conceito de ideologia podem ser feitas duas considerações: primeira, as ideias não eram tomadas como independentes do ambiente em que os homens viviam e, segunda, a ideologia estaria de acordo com o ideal iluminista de racionalização do mundo.

De Tracy e seus colegas postularam que as ideias constituiriam a base sobre a qual se assentavam a política, a economia, etc. Ou seja, as ideias constituíam o alicerce da vida social (EAGLETON, 1997, p. 69). Assim, dentro do contexto revolucionário francês, eles ganharam notoriedade. De Tracy chegou a fazer parte do *Institut Nationale*, a elite de cientistas e filósofos empenhada na reconstrução da França (EAGLETON, 1997, p. 68). O próprio Napoleão Bonaparte foi apoiador do *Institut* até determinado momento. Ele e os ideólogos se tornaram inimigos, tão logo Napoleão começou a declinar do idealismo revolucionário, e os ideólogos fizeram observações críticas sobre a direção da França Revolucionária.

Sabe-se que Napoleão se irritou muito com a atuação dos ideólogos e, num discurso ao Conselho de Estado, em 1812, após uma derrota contra os russos, o líder revolucionário se referiu negativamente à ideologia e aos ideólogos. Aqui se localiza historicamente a transformação do entendimento dos termos. A partir desse evento, os termos ideologia e ideólogos adquirem significado pejorativo. Para Napoleão:

Todas as desgraças que afligem nossa Bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, que fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história. (Napoleão, apud Chauí, 1983, p. 24)

O problema apontado por Napoleão diz respeito à incoerência existente entre os fatos e a tentativa dos ideólogos de explicá-los em toda a sua extensão a partir de uma única linha de raciocínio, a sua própria. Com isso Napoleão quis afirmar que a amplitude da realidade social não poderia ser totalmente abarcada por conceitos. O impulso dos ideólogos de sobrepor a teoria sobre a realidade prática, Napoleão chama de “tenebrosa metafísica”.

Esta breve exposição sobre a origem do conceito mostrou que a ideologia surge para denominar certa forma de ciência, a ciência das ideias, mas que, em determinado momento, ela foi considerada por Napoleão como responsável por descolar as ideias da realidade. É desse modo que o termo ideologia deixa de se referir a um “materialismo científico” para corresponder a “uma esfera de ideias abstratas e desconexas” (EAGLETON, 1997, p. 71). Pode-se dizer que é a significação dada por Napoleão ao termo ideologia que foi apropriada por Marx e Engels na discussão da ideologia e, em especial, da ideologia alemã.

A ideologia

Abordagem do conceito em Marx (Alemanha, 1818-1883)

– A Ideologia Alemã (1845-1846)

Marx e Engels escreveram juntos a obra que quase um século mais tarde² teria grande repercussão no debate sobre a ideologia e no campo do pensamento social. À primeira vista, parece que os autores se dedicaram a analisar o pensamento de três integrantes do grupo dos jovens hegelianos (L. Feuerbach, B. Bauer e M. Stiner) e tecer críticas contra o socialismo utópico. Com um olhar mais profundo, vê-se que a obra contém a primeira explicação geral do desenvolvimento da sociedade humana à luz do materialismo histórico. Além disso, a obra comporta a exposição de uma teoria da história científica, um novo fundamento para a luta emancipadora a ser conduzida pelo proletariado (GORENDER, 2007, p. XXVIII).

No *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Marx comenta que *A Ideologia Alemã* foi instrumento para “opor o nosso ponto de vista ao ponto de vista ideológico da filosofia alemã; na realidade, liquidar com a nossa consciência filosófica anterior... pois nosso objetivo principal: esclarecer nossas próprias ideias” (MARX, 1961, p. 302). A leitura da obra permite ver que o objetivo foi exitosamente alcançado e resultou no ajuste de contas com Hegel e com os neo-hegelianos (KONDER, 2002; GORENDER, 2007).

² A obra somente foi publicada em 1933 (GORENDER, 2007, p. XIX).

O primeiro ajuste de contas mencionado se baseia na identificação dos autores de um equívoco na concepção de Hegel acerca do relacionamento entre Estado e sociedade civil. De acordo com Hegel, a razão prevaleceria no Estado, ou seja, os interesses gerais e comuns da sociedade seriam representados por ele. Justamente para Marx e Engels, a asserção de Hegel seria uma falsa ideia, pois o Estado era construção dos homens, resultado de sua atividade. Haveria nessa asserção o abrandamento da contradição existente entre Estado e sociedade. Marx e Engels estavam certos de que o Estado se impõe como uma comunidade, no entanto, desde a sua origem estaria ligado aos interesses de determinada classe social. Essa comunidade ilusória esconderia a verdadeira vinculação do Estado com a classe dominante (GORENDER, 2007, p. xxxi; KONDER, 2002, p. 30).

No Prefácio de *A Ideologia Alemã*, os autores esclarecem que ideias falsas dominaram os homens durante toda a história, ideias essas que os homens mesmos produziram. Aqui se encontra o segundo ajuste de contas: os jovens hegelianos criam na existência dessa dominação e a identificavam como sendo a dominação das ideias religiosas (MARX e ENGELS, 2007, p. 3). Desse modo, para os jovens hegelianos, o movimento dos seres humanos estaria determinado pelo movimento das ideias (KONDER, 2002; GORENDER, 2007), portanto, caberia a eles fazer a crítica das ideias religiosas, o que corresponderia à crítica da realidade (MARX e ENGELS, 2007, p. 8-9). Como Marx e Engels explicam, a crítica filosófica alemã tomou a ilusão religiosa como a força motriz da história, ou seja, não existiriam interesses reais, apenas ideias sucedendo-se ao longo do tempo. Para os autores, a crítica alemã era conservadora justamente por ignorar que a transformação da sociedade se daria praticamente, “pela derrubada efetiva das relações sociais concretas”. Neste caso, a verdadeira força motriz da história é a revolução (MARX e ENGELS, 2007, p. 36-38).

A crítica da ideologia e do idealismo alemão, propósito da obra em questão, é empreendida pelos autores através do estabelecimento de premissas e do esclarecimento dos pressupostos ignorados pelos filósofos alemães. Segundo Marx e Engels, essas premissas “são as bases reais... os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência”. Eles esclarecem que a primeira condição da história humana é a existência de seres humanos vivos, condição essa que impele os homens a se relacionarem entre si e com a natureza. Os homens, assim como os animais, precisam garantir a sua sobrevivência, mas apenas os homens, ao fazerem isso, estão aptos a produzir sua própria (particular) vida material (MARX e ENGELS, 2007, p.10-11).

Dessa forma, compreende-se que o modo de produção da vida material é também o modo de vida dos homens, ou seja, é a manifestação de sua humanidade. E essa

manifestação, segundo os autores, reflete o que os homens são. Nas suas palavras: “O que eles são coincide tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção” (MARX e ENGELS, 2007, p. 11).

Marx e Engels apontam que a produção da existência dos homens está ligada ao crescimento da população e à necessidade de estabelecer intercâmbio. A divisão do trabalho é fundamental para viabilizar a produção e o intercâmbio. De acordo com os autores, a divisão do trabalho primeiro separa cidade e campo, destacando trabalho comercial e industrial do trabalho agrícola. Avançando, a divisão do trabalho afasta o trabalho comercial do industrial. E, em consequência disso, acaba por separar os indivíduos dentro dos diferentes ramos que passam a existir. Os autores explicitam que a cada estágio do desenvolvimento da divisão do trabalho corresponde uma determinada forma de propriedade. E a cada configuração da divisão do trabalho, os homens se relacionam entre si, no que diz respeito à matéria-prima, instrumentos e produtos de trabalho, de forma específica (MARX e ENGELS, 2007, p.11-12).

Nesses termos, num trecho excluído do manuscrito, Marx e Engels elucidam que o modo como os homens compreendem a si mesmos, as suas relações com a natureza e uns com os outros, é a expressão consciente de suas relações e de sua atividade real. Prossequindo, eles apontam que “se a expressão consciente das condições reais de vida desses indivíduos é imaginária, se, em suas representações, eles põem a realidade de cabeça para baixo, esse fenômeno é ainda uma consequência de seu modo de atividade material e das relações sociais” (p.109). O argumento geral de Marx e Engels nessa discussão é o de que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2007, p.20).

A exposição das premissas, na obra em questão, conecta-se com a discussão da ideologia propriamente: a ideologia é responsável por inverter (colocar de cabeça para baixo) o entendimento dos homens sobre si mesmos e sobre as relações que travam. A ideologia apresenta a realidade como derivação das ideias, deformando assim o sentido da realidade. Mas, segundo os autores, tão logo as premissas sejam consideradas, “a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem toda a aparência de autonomia” (MARX e ENGELS, 2007, p. 19).

Pode-se depreender que os autores têm em vista a possibilidade de existirem falsas consciências³, mas elas são necessárias e estão de acordo com a estrutura da sociedade (EAGLETON, 1997, p. 72). A consciência é falsa porque resultante do imperativo de se pensar a realidade sob o enfoque da classe a qual se pertence (GORENDER, 2007, p. XXII). Como já foi demonstrado, a consciência dos homens está plenamente vinculada com as condições materiais de produção, com as formas de intercâmbio e cooperação. Isso posto, compreende-se que os homens representam em suas mentes o modo como a realidade é por eles percebida e tal apreensão da realidade é totalmente perpassada pela ideologia (CHAUÍ, 1983, p.63). De tal modo que a consciência ideológica envolve o movimento de:

- a) inversão: as ideias são creditadas como determinantes da vida social.
- b) deslocação: as ideias perdem a sua base material, sendo consideradas independentes e autônomas. Esse último movimento tem o efeito perverso de incitar os indivíduos a extraírem as ideias de seu contexto e a se pensarem descontextualizadamente, isto é, como estando fora da história (EAGLETON, 1997, p. 77; KONDER, 2002, p.28).

Sustentando este argumento, Marx e Engels apresentam os pressupostos ignorados pelos filósofos alemães. O primeiro pressuposto baseia-se no entendimento de que os homens necessitam de condições de viver para poder “fazer a história”. Assim, o primeiro fato histórico é a produção dos meios que satisfaçam as necessidades primeiras dos homens (beber, comer, morar, etc.). Mas satisfazendo essas necessidades, outras surgem. Os autores observam que o primeiro fato histórico a ser considerado é, portanto, a produção dos meios de existência e a produção de novas necessidades. Outro aspecto importante ignorado pela filosofia alemã é o de que os homens garantem a sua sobrevivência e produzem novas vidas – reproduzem-se. Dessa forma, desde o início da história, os homens têm produzido a sua vida e a de outros por meio de um modo de produção que é também um modo de cooperação (MARX e ENGELS, 2007, p.21- 23).

Segundo os autores, somente após considerar todos os aspectos que permitem aos homens “fazer a história” é que se pode voltar a atenção para a consciência do homem. A consciência é, de acordo com Marx e Engels, produto social, fruto do fato de que os homens estão sempre em relações. A consciência é a consciência do meio mais próximo, da interdependência dos indivíduos e da natureza, como força estranha. A primeira consciência

³ Segundo T. Eagleton (1997, p. 86), a expressão “falsa consciência” é de F. Engels - carta de 1983 a Franz Mehring.

do homem é a da necessidade de entrar em relação com outros homens. Porém, com a evolução da produção, das necessidades e da população, a consciência atinge novo estágio, determinando o desenvolvimento da divisão do trabalho. E, segundo os autores, a divisão do trabalho só é plena quando divide trabalho material e trabalho intelectual. É essa forma plena da divisão do trabalho que permite à consciência se autonomizar de sua base real, emancipar-se do mundo e dar origem à ideologia (MARX e ENGELS, 2007, p. 24-26)

O trecho a seguir contribuirá para a compreensão do que Marx e Engels conceituaram como ideologia:

Os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles ao quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes consideradas sob a forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX e ENGELS, 2007, p. 48)

É possível decompor este trecho e apreender as questões fundamentais que envolvem o conceito aqui discutido:

A) A base real da ideologia se assenta fundamentalmente sobre a divisão do trabalho. Referiu-se acima como o desenvolvimento da divisão do trabalho permite à consciência autonomizar-se do mundo. Além disso, com a separação entre cidade e campo, dá-se a passagem da organização comunal para o Estado. Ou seja, junto com a cidade, toda uma estrutura administrativa passa a existir. Neste momento, também são definidas duas grandes classes: a que produz e não detém a posse dos meios de produção e aquela que administra/usufrui dos produtos do trabalho e tem a posse desses meios (MARX e ENGELS, 2007, p.55). Como consta no trecho citado, há a separação entre uma classe que possui o poder material e, em consequência disso, detém o poder espiritual dominante, e uma classe não detentora de nenhum dos mencionados poderes e, por isso mesmo, duplamente submetida. Existe também uma separação interna à classe dominante, exigida pela própria necessidade de otimizar a dominação de classe (KONDER, 2002): por um lado, encontram-se os pensadores, os ideólogos, e por outro, os membros implicados diretamente com a dimensão econômica da dominação (MARX e ENGELS, 2007, p.49).

B) Aos ideólogos cabe a tarefa de pensar, o que inclui desde a produção de conhecimento quanto a direção da sociedade (GORENDER, 2007, p. XXIX). Ciente disso, entende-se que

os pensamentos dominantes, produzidos pelos ideólogos, exprimem por meio de ideias as relações materiais dominantes, porém, não como essas relações são, mas como elas idealmente seriam. Esses pensamentos dominantes que falseiam a realidade servem à dominação de classe. A ideologia é propriamente uma ilusão que viabiliza o alcance dos propósitos políticos e econômicos da classe dominante.

É função da ideologia, e do ideólogo como seu criador e difusor, envolver a consciência dos homens e apresentar como harmoniosas as experiências conflituosas e contraditórias vividas cotidianamente. Dessa forma, a ideologia não está somente apartada da atividade produtiva, como tem importante papel em sustentá-la (EAGLETON, 1997, p. 74).

C) As ideias da dominação vigentes em uma determinada época têm uma história. Marx e Engels explicam que dentro do contexto de luta de classes, a classe que aspira tomar o poder necessita apresentar seus interesses como o interesse de todos aqueles que estão fora dele. Nesse sentido, os interesses dessa classe aspirante são representados por ideias que se mostram como universalmente válidas. Essas ideias aparecem como as ideias de libertação de todas as classes frente a uma classe dominadora (MARX e ENGELS, 2007, p.50-51). Nas palavras dos autores:

(...) toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação determine a abolição de toda antiga forma social (...) essa classe deve conquistar primeiro o poder político para apresentar por sua vez seu interesse próprio como sendo o interesse geral (...) Justamente porque os indivíduos procuram apenas seu interesse particular – que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, já que a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade -, esse interesse é apresentado como um interesse que lhes é ‘estranho’, ‘independente’ deles. (MARX e ENGELS, 2007, p.30)

Desse modo, compreende-se que a ideologia não é uma invenção arbitrária. A universalidade das ideias ideológicas exprime a conservação de uma universalidade que já foi verdadeira em certo momento (aquele em que a classe revolucionária representava os interesses de todos os que estavam fora do poder), mas que, depois desta classe se estabelecer, tornou-se ilusória – os interesses agora defendidos são apenas os interesses privados da classe dominante (CHAUÍ, 1983, p. 100-101). Depreende-se que a ideologia permite à classe dominante chegar ao poder e manter esse status, ela “é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (CHAUÍ, 1983, p.86). Ou seja, a dominação de classe se mantém porque existe a ilusão, produzida pela ideologia, de que ideias abstratas

(fidelidade e honra – aristocracia; liberdade e igualdade – burguesia) dominam as épocas e não os interesses materiais da classe dominante.

Por fim, a compreensão da ideologia desenvolvida por Marx e Engels neste momento de sua história intelectual pode ser resumida em alguns pontos:

1. a ideologia é resultado da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual;
2. dessa divisão do trabalho, nasce a aparente autonomia do trabalho intelectual;
3. a autonomia aparente do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtos desse trabalho, isto é, autonomia das ideias da classe dominante numa certa época;
4. a ideologia é um instrumento de dominação de classe e é intrínseca à existência de classes contraditórias e em luta;
5. o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta;
6. a ideologia não é um “reflexo” do real, mas o modo ilusório, invertido, pelo qual os homens representam o “aparecer social” (a base real invertida) como se ele fosse a realidade (CHAUÍ, 1983, 101-106).

Presença do conceito de ideologia em outras obras de Marx

- O 18 Brumário de Luis Bonaparte (1851-1852)

- Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1859)

No *18 Brumário de Luis Bonaparte*, Marx dedicou-se à análise dos eventos ocorridos na França, entre 1848 e 1851, que culminaram com o estabelecimento do domínio político de Luis Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Ironicamente chamados de farsa, paródia da Revolução Francesa (MARX, 1968, p.15), esses eventos trouxeram à superfície as diferentes classes e frações de classe em luta na França, nesses meados do século XIX. As posições tomadas pelas classes, neste contexto, as reviravoltas e o golpe de Estado dado por Luis Bonaparte, permitiram que Marx iluminasse a partir de dados históricos alguns de seus conceitos, um deles é o de superestrutura. Especificamente o conceito aparece no momento da obra em que Marx analisa a relação entre a pequena burguesia e os seus representantes, os membros do partido democrático (LÖWY, 2003, p. 101).

Nesta obra, a superestrutura é exposta como um conjunto “de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas” (MARX, 1968, p. 49). Aqui Marx esclarece que ‘superestrutura’ são visões de mundo “enquanto

expressão de uma classe social determinada” (LÖWY, 2003, p. 101). As visões sociais de mundo consistiriam em “todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas” (LÖWY, 1985, p.13). Assim, compreende-se que para Marx a ideologia atravessa toda a manifestação do homem enquanto ser social.

Outro aspecto relevante nesta obra é o de que a classe inteira é responsável pela criação e formação das visões sociais de mundo, com base nas suas condições materiais e nas relações sociais correspondentes (MARX, 1968, p. 49). No entanto, os ideólogos das classes (representantes políticos e produtores de conhecimento) é que sistematizam e desenvolvem essas formas de pensar (LÖWY, 2003, p.101).

Nesta discussão, Marx enxerga o vínculo existente entre uma classe e seus representantes, sobretudo na ideologia compartilhada por eles. Isto é, os problemas levantados e as soluções propostas pelos ideólogos de uma classe (em forma de teoria), são iguais às questões e respostas dadas praticamente pela classe, tendo em vista o seu interesse material e a sua “situação social” (que quer dizer algo mais que o interesse econômico) (MARX, 1968, p. 52; LÖWY, 2003, p. 101). A correspondência entre o que os membros de uma classe fazem e pensam provêm do limite imposto pela visão de mundo construída por eles. Desse modo, pouco importa o quanto os intelectuais e os membros ativos de uma classe têm em comum no que diz respeito à sua situação pessoal. De qualquer modo, eles compartilham de uma situação social e de interesses em relação aos rumos da sociedade (LÖWY, 2003, p. 101).

Por fim, percebe-se que a ideologia não é uma mentira deliberada contada para as outras classes. Ela tem importante papel na conformação da consciência dos próprios membros da classe da qual se origina. “Ela pode comportar (e comporta geralmente) uma parte importante de *ilusões* e auto-*ilusões*” (LÖWY, 2003, p. 101). A ideologia, compreendida como visão social de mundo, é um todo orgânico de ideias, não uma ou outra ideia tomada isoladamente, nem um conjunto de doutrinas. É, de fato, o conteúdo do que se pensa e o limite até onde se pode chegar com o pensamento (LÖWY, 1985 e 2003).

No *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*, Marx introduz o leitor no assunto tratado no volume, a saber, o sistema da economia burguesa, decomposto em seus elementos – capital, propriedade do solo, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial -, e as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa (MARX, 1961, p. 300). Nele também, Marx comenta brevemente a trajetória de estudos que culminaram em algumas formulações, presentes em outras obras, mas que aqui podem ser resumidas como “modelo base-superestrutura” (EAGLETON, 1997, p.79).

Em sua obra conjunta com Engels, Marx já afirmara que a produção da vida material seria pré-condição para o desenvolvimento de qualquer outra atividade humana e ainda seria a principal determinante dessa atividade (EAGLETON, 1997, p. 80). No *Prefácio* de 1859, o núcleo dessas ideias é reafirmado e sintetizado a partir da relação entre base e superestrutura:

(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se levanta determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 1961, p.301)

O que se afirmou acima é passível de ser expresso esquematicamente:

Base: é a estrutura econômica da sociedade, englobando o conjunto das forças produtivas e das relações de produção a elas correspondentes.

Superestrutura: instituições jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em síntese, as formas ideológicas da sociedade (MARX, 1961, p. 302), e determinadas formas de consciência.

Assim, de acordo com a primazia do econômico⁴ postulada pelo materialismo histórico, é possível entender que, do mesmo modo como a consciência do homem é determinada pelo seu ser social, o processo de vida social, política e espiritual é condicionado pelo modo de produção da vida material e, assim também a superestrutura é erigida sobre a base econômica.

O mais importante para se reter aqui é que Marx situa a ideologia na superestrutura, superestrutura e ideologia são identificadas. Desse modo, tal como na *Ideologia Alemã*, está presente no *Prefácio* a ideia de que a ideologia encontra-se apartada da vida material. As instituições “superestruturais” (Estado, direito, religião, etc.) existiriam para administrar, ordenar os homens e iludi-los sobre as suas reais condições de vida. A essas instituições, portanto, caberia sustentar as relações econômicas e sociais dominantes (EAGLETON, 1997, p.79-81). Em suma, no *Prefácio* de 1859, a ideologia aparece para designar as ideias,

⁴ A primazia do econômico refere-se ao papel determinante das estruturas econômicas.

materializadas em instituições e internalizadas pelas consciências, que permitiriam a dominação de classe.

Ideologia e fetiche da mercadoria – *O Capital* (1867)

No primeiro capítulo desta grande obra de Marx, mais especificamente no item 4, encontra-se a discussão sobre o fetiche da mercadoria. Mas o que essa discussão tem a ver com a ideologia? Adianta-se que fetiche e ideologia não se referem ao mesmo fenômeno social (ZIZEK, 2007, 35). A discussão realizada acima permite afirmar que a ideologia reflete na mente dos homens a realidade de modo invertido; ela é ilusão e se localiza na superestrutura social. Isso posto, segue abaixo uma apresentação geral do que Marx entende por fetiche da mercadoria. Deseja-se com isso demonstrar que a “inversão entre sujeitos humanos e suas condições de existência é agora inerente à própria realidade social”. Ou seja, também em *O Capital*, Marx aborda o tema da inversão, mas nesse momento a inversão adquire novos contornos, não sendo simples produto da consciência e sim algo embutido nas próprias estruturas econômicas do capitalismo (EAGLETON, 1997, p.83-84).

No primeiro capítulo da obra, Marx explica que o caráter da mercadoria é intrinsecamente dúplice. Ela possui, por um lado, um valor de uso (utilidade), é produto do trabalho concreto, com propriedades e qualidades individuais que satisfazem necessidades humanas. Por outro lado, a mercadoria é valor – expressão e substância. Como expressão, o valor é a manifestação de quantidade, é valor de troca. Já como substância, é trabalho social abstrato. Em outras palavras, o valor de uso realiza-se através da apropriação pelo homem das propriedades de uma mercadoria – é o uso ou consumo. Já o valor, como valor de troca, é o que permite que os valores de uso de mercadorias sejam trocados pelos de outras (x casacos equivalem a y sapatos). Esse valor de troca é relativo, ou seja, uma mercadoria não apresenta valor de troca intrínseco, ele só se manifesta na relação de troca.

A categoria fundamental nessa discussão é a de valor: o valor é uma abstração do valor de uso, é ele que viabiliza a troca entre coisas diferentes. Essa abstração segue um processo o qual tem como pressuposto que a propriedade comum das mercadorias é ser expressão de uma mesma substância social, o trabalho humano. Nesse processo, o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece; reduz-se o trabalho em sua totalidade a trabalho abstrato, indiferenciado. Melhor dizendo, o trabalho é reduzido à quantidade de tempo de trabalho social, isto é, a tempo médio de produção de uma mercadoria. Enfim, o valor é a

contabilização do dispêndio da força de trabalho, sem considerar a forma como esta foi despendida.

Faz-se necessário entender que no produto do trabalho como valor de uso não há nada de misterioso. Mas na mercadoria, produzida justamente para ser alienada, há sim um caráter místico. Segundo Marx, é somente no momento da troca que os trabalhos privados dos produtores adquirem duplo caráter social (MARX, 1983, p.71). Esse duplo caráter social da mercadoria é propriamente o valor de uso e o valor (expressão e substância).

O valor da mercadoria, de acordo com o autor, não guarda nenhuma ligação com a natureza física dos objetos do trabalho. Desse modo, o valor é uma realidade apenas social, só podendo se manifestar na relação social de troca. Nisso consiste o caráter misterioso da mercadoria: ao ser produzida, ela ganha uma existência concreta e uma existência abstrata (valor). Ela passa a ser coisa fisicamente metafísica.

Segundo o autor:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens características objetivas dos produtos do trabalho, como propriedades naturais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (MARX, 1983, p. 71)

Marx afirma nesse trecho que o fetichismo da mercadoria é responsável por inverter a própria realidade: as características sociais do trabalho são tomadas por características objetivas dos produtos do trabalho. “Os homens não percebem que a mercadoria, por ser produto do trabalho, exprime relações sociais determinadas. Percebem a mercadoria como uma coisa dotada de valor de uso (utilidade) e de valor de troca (preço). Ela é percebida e consumida como uma simples coisa” (CHAUÍ, 1983, p. 55-56).

Nesse sentido, o autor assegura que aos produtores as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem “como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas e seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1983, p. 71). É importante frisar que não é a consciência que inverte essas relações, as relações é que SÃO invertidas.

Marx chama de fetichismo a inversão das relações entre homens e coisas por analogia ao que acontece com o mundo da religião. Na religião, as criações da mente humana passam a ter vida própria e dominar os homens⁵ (MARX, 1983, p.71). Assim, o conceito de fetiche da mercadoria quer denunciar justamente a (falsa) idolatria que os homens manifestam em relação às coisas, uma vez que também elas adquirem vida própria, autonomia. É em decorrência disso que “produzir, acumular, consumir, etc., todas essas

⁵ O exemplo mais bem acabado é a figura de Deus.

atividades econômicas começam a funcionar e a operar sozinhas, com uma lógica que emana delas próprias. Os homens se tornam o suporte dessas operações, instrumento delas” (CHAUÍ, 1983, p.58).

Assim, não se trata de uma percepção distorcida dos homens. Não é produto de sua imaginação o domínio que a mercadoria exerce sobre suas vidas (EAGLETON, 1997, p.83). O homem perde efetivamente o controle sobre sua criação (a mercadoria) e sobre seu destino, sendo levado pelo movimento das coisas, como se disse acima. Nesse sentido, compreende-se que as coisas são personalizadas, isto é, passam a manifestar características humanas como o poder de comando. Já os homens são coisificados, agindo de acordo com um direcionamento externo, independente de sua vontade (GORENDER, 1983, p. XXXVII)

Por fim, essa exposição leva a crer que o efeito da ideologia bem como do fetichismo da mercadoria sobre a vida dos homens é o mesmo: na sociedade capitalista, especialmente, os mecanismos sociais são ocultados e obstruídos (EAGLETON, 1997, p 82). Os homens estão impedidos de identificar os interesses materiais por trás de instituições e ideias, de compreender a mercadoria e a troca como relações sociais, em suma, de assumir seu papel na conformação da história.

As ideologias

Abordagem do conceito em Gramsci (Sardenha, 1891-1937)

Antonio Gramsci foi um dos grandes intelectuais marxistas do século XX, sendo muito mais do que isso. Ele passou boa parte de sua vida militante próximo do operariado de Turim, empenhado no trabalho de formação política. Este pensador ainda participou ativamente da política italiana e colaborou amplamente para a abertura do Partido Comunista da Itália. Em decorrência do seu envolvimento com a luta pela construção do socialismo nesse país, Gramsci foi preso pelo regime fascista e passou os últimos dez anos de sua vida no cárcere (LAJOLO, 1982).

Apesar de preso, Gramsci nunca parou de pensar sobre as questões postas pelo capitalismo, as vias de sua superação, a relação entre teoria e prática, etc. O conjunto das reflexões do autor nesses anos de privação da liberdade pode ser encontrado nos *Cadernos do Cárcere*⁶. Neles, a ideologia é discutida. A referência central de Gramsci nessa discussão

⁶ São 32 cadernos, totalizando 2.848 páginas, não destinados à publicação. As anotações começaram em fevereiro de 1929 e terminaram em agosto de 1935, por conta dos seus problemas de saúde.

é o modelo marxista basilar de estrutura e superestrutura (HALL et al., 1980, p.62). Sabe-se que provavelmente Gramsci não teve contato com *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, mas com certeza conhecia o *Prefácio* de 1859 (LIGUORI, 2007). Adianta-se que, embora Gramsci se apóie na concepção marxiana da ideologia como superestrutura, o autor consegue ir além. Gramsci foi considerado o autor fundamental para a redefinição do significado do conceito de ideologia (LIGUORI, 2007, p.86). A originalidade da concepção gramsciana está no reconhecimento de uma significação positiva do termo. Ademais, para Gramsci, não se pode pensar em IDEOLOGIA, mas sim em IDEOLOGIAS.

A análise teórica do conceito de ideologia, segundo Gramsci, foi comprometida pela associação exclusiva do termo ao sentido pejorativo, a saber, “as elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”. Para o autor, a ideologia é também a “superestrutura necessária de uma determinada estrutura”. Desse modo, o pensador sugere distinguir as diferentes ideologias entre: ideologias arbitrárias, que podem ser aproximadas da ideia de Marx da ideologia como ilusão, e ideologias historicamente “orgânicas”⁷, que equivaleriam às concepções de mundo necessárias a uma certa estrutura social (GRAMSCI, 1978, p. 62-63; LÖWY, 2003, p. 135). Essas concepções estariam adequadas a um estágio específico do desenvolvimento histórico e a um momento político particular (EAGLETON, 1997, p. 109), manifestando-se na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva (GRAMSCI, 1978, p. 16).

De acordo com o autor, todos os homens são filósofos uma vez que partilham de uma filosofia “espontânea” contida na linguagem, no senso comum, na religião popular, no folclore. Em outras palavras, os homens são filósofos porque qualquer atividade intelectual, até a mais simples – a linguagem –, comporta uma determinada concepção de mundo. E essa concepção de mundo está diretamente vinculada ao fato de que, segundo Gramsci, “somos homens-coletivos”. Isto é, as personalidades dos homens e mulheres são compostas por elementos diversos: “elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas” (GRAMSCI, 1978, p.11-12). Sendo assim, a concepção de mundo que cada indivíduo é portador combina ideias contraditórias, consiste num amálgama de diversas ideologias tradicionais (preexistentes), da ideologia da classe dominante e da experiência prática da realidade social (EAGLETON, 1997, p. 110; HALL et al., 1980, p. 66).

⁷ Gramsci quer fazer menção ao papel que as ideologias exercem: “elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 62-63).

Desse modo, a formação e a difusão da ideologia, de uma nova concepção de mundo, passariam por um processo ao mesmo tempo de substituição do velho e de combinação entre o novo e o velho (GRAMSCI, 1978, p.25). Nesse processo a categoria do “intelectual” seria de suma importância. Haveria também entre os intelectuais uma diferenciação: existiriam os “intelectuais orgânicos”, as camadas de intelectuais que dão homogeneidade e consciência de sua função ao grupo social que alçou o posto mais alto na estrutura social. E os “intelectuais tradicionais”, as categorias de intelectuais preexistentes e pertencentes às classes e estratos que tiveram papel fundamental na formação social anterior (GRAMSCI, 1968, p.3-5; HALL et al., 1980, p.67). Melhor dizendo, essa distinção corresponderia àquela existente entre os sentidos negativo e positivo da ideologia: a ideologia como pensamento que se desprende da realidade (intelectual tradicional), em oposição à ideologia como ideias a serviço de um interesse de classe (intelectual orgânico) (EAGLETON, 1997, p. 112).

Os intelectuais orgânicos têm papel relevante na produção da ideologia positiva: baseados no senso comum desarticulado e eclético, devem construir uma concepção de mundo unitária (EAGLETON, 1997, p. 110; HALL et al., 1980). Cabe a eles, além da produção de ideias, serem o elo entre estrutura e superestrutura. Gramsci chama o conjunto formado por estrutura e superestrutura de bloco histórico (GRAMSCI, 1978, p. 52). Assim, esses intelectuais seriam responsáveis por produzir a ideologia que cimentaria (unificaria) o bloco histórico e por dar forma e coesão à compreensão que os indivíduos têm de sua atividade prática, isto é, fazer com que eles pensem de determinada maneira a sua prática (EAGLETON, 1997, p. 110). Enfim, os intelectuais orgânicos são “funcionários”, “comissários”, do grupo dominante para o exercício das funções da hegemonia, a saber, criar o consenso espontâneo e construir o aparato de coerção estatal (para aqueles que não “consentem”). Nessas funções se encaixariam cientistas, filósofos, artistas, administradores, divulgadores, etc. (GRAMSCI, 1968, p. 10-11).

A categoria fundamental na obra de Gramsci não é ideologia, mas sim hegemonia (EAGLETON, 1997, p. 105). Gramsci extrai este conceito de Lênin, dando novo conteúdo a ele⁸ (HALL et al., 1980, p. 65). O termo hegemonia, para o pensador italiano, designa a maneira como a classe dominante conquista o consentimento de seus subjugados. Esta categoria compreende a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela, incluindo aspectos culturais, econômicos, políticos. Nesse sentido, a hegemonia abarcaria todas as instituições localizadas entre o Estado e a economia – a sociedade civil (partidos, imprensa, família,

⁸ Diferentemente de Lênin, para Gramsci é na esfera da sociedade civil que as classes brigam pelo poder (econômico, político e ideológico). É nessa esfera que a hegemonia é exercida (HALL et al., 1980, p. 63).

etc.). Assim, a conquista da hegemonia por uma classe consistiria no estabelecimento de uma liderança moral, política e intelectual, e na difusão da própria concepção de mundo para a sociedade como um todo, criando uma correlação entre o próprio interesse e o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997, p. 105-108).

Em resumo, a direção da sociedade pela classe dominante, de acordo com os seus próprios interesses, é menos imposta (o que envolveria coerção) do que produto do consenso criado pelos intelectuais orgânicos dessa classe. Dessa forma, Gramsci intenciona esclarecer que não basta tomar a máquina do Estado e assumir o comando das fábricas (EAGLETON, 1997, p. 106). A hegemonia tem o poder de impor os valores e ideias criados por ela, até mesmo quando se está em luta contra a classe dominante ou quando esta classe é substituída. Com isso, o pensador elucida que uma classe é hegemônica por concentrar: 1. poder do Estado, 2. propriedade dos meios de produção e 3. ideias e valores, dominantes e mantidos pelos dominados (CHAUÍ, 1983, p.109-110). Nesse sentido, a ideologia dominante em uma sociedade equivaleria à ideologia da classe hegemônica (CERQUEIRA FILHO, 1988).

Faz-se necessário salientar que a hegemonia não é absoluta. As concepções de mundo produzidas e difundidas pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes não são assimiladas exatamente da mesma forma e com o mesmo significado pelos membros das classes subalternas (BUONICORE, 2011). “No que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando-a em sua forma ‘pura’, por assim dizer, mas apenas e sempre, como combinação mais ou menos heteróclita e bizarra” (GRAMSCI, 1978, p. 25). Desse modo, existiriam lacunas que permitiriam às classes subalternas elaborar a sua própria ideologia (CERQUEIRA FILHO, 1988).

Nesse sentido, o próprio marxismo seria uma ideologia. A filosofia da práxis, segundo Gramsci, é a nova concepção de mundo, a proletária, que partiria das experiências concretas das massas, do senso comum, para depurá-lo, elevá-lo a um nível superior. Essa ideologia não surgiria de dentro da relação direta entre operário e patrão, mas por meio dos teóricos do socialismo, os intelectuais orgânicos da classe operária (BUONICORE, 2011). Ao mesmo tempo, para o autor, o marxismo seria uma clara superação da ideologia (GRAMSCI, 1978, p. 62). Ele seria superior às outras ideologias pela consciência do próprio caráter não absoluto e não eterno, pela consciência de estar vinculado a uma classe e a um movimento histórico (LIGUORI, 2007).

A assunção do marxismo como ideologia tem relevância para Gramsci, para o marxismo e para a própria discussão da ideologia. Para Gramsci, admitir que a filosofia da

práxis é ideologia significa dizer que ela está historicamente determinada. Isto representa um avanço nas questões da ação revolucionária, abrindo uma via para se pensar as especificidades de cada país, no lugar de impor as teses marxistas, uma vez que essas teses diriam respeito a fenômenos específicos. Para os marxistas, é uma ruptura com a ideia de marxismo como uma verdade universal. É declarar seu condicionamento histórico e social. Enfim, para o debate sobre o conceito, exprime que a ideologia é histórica, ou seja, dá conta de questões específicas e, por isso mesmo, existiriam ideologias específicas e não uma ideologia geral (HALL, 1980, p. 93; LÖWY, 2003, p. 136).

Gramsci não pára por aí. Para ele, “também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia”. Isto é, a ciência é uma concepção particular do mundo, tal como a religião. Esta concepção particular seria a ideia de objetividade, criada por ela mesma, de modo que “objetivo” é a realidade passível de ser verificada por todos os homens e independente de pontos de vista particulares. Nesses termos, duas questões podem ser colocadas: Tudo o que a ciência afirma é “objetivamente” verdadeiro? As suas afirmações são definitivas? A resposta é óbvia. Dessa forma, de acordo com o autor, o surgimento de novas teorias científicas, a obsolescência de outras, demonstram que “também a ciência é uma categoria histórica, um movimento em contínua evolução”. (GRAMSCI, 1978, p. 68-71). Assim, não se poderia ignorar a origem prática histórica e a validade provisória da própria ciência (LÖWY, 2003, p. 136).

A exposição acima mostrou que Gramsci amplia o alcance da ideologia, demonstrando que ela abrange até mesmo a ciência e o marxismo. A conclusão que se tiraria desta afirmação é que o pensador italiano apenas relativiza o conceito, afirmando que tudo é ideologia. Não há nenhum erro nisso: Gramsci estava preocupado em impedir que algum elemento da superestrutura fosse destacado da ideologia e tomado como independente dela (KONDER, 2002). No entanto, algo de suma importância para o autor é distinguir as ideologias e justamente dar enfoque àquelas “positivas”, no sentido de que permitiriam a criação de algo novo, seja uma nova dominação, seja a libertação de todas as classes.

Este texto mostrou que a ideologia nasce como uma ciência das ideias, preocupada em descobrir a base material a partir da qual as ideias dos homens se organizam. Para essa aceção inicial, as ideias não eram independentes do ambiente e das experiências dos homens. Viu-se que a ideologia, segundo a concepção marxiana, tem ligação com a crítica feita por Napoleão Bonaparte à referida ciência. Para Napoleão, a ideologia (como ciência) desconectava as ideias da realidade prática.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels discutiram o conceito apoiados amplamente na tese de que a ideologia não é uma representação do real, mas sim a consciência invertida da realidade. Expôs-se que, para estes autores, a produção da ideologia se relaciona com um fenômeno maior: a divisão do trabalho, mais especificamente, a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. Essa divisão viabilizaria a autonomia das ideias das condições materiais de vida. O efeito concreto dessa 'autonomização' seria a dominação de uma classe sobre outra. Mostrou-se que Marx volta a tratar do conceito em outras obras, como em *O 18 Brumário* e no *Prefácio de 1859*. Nelas, a ideologia é discutida como sendo instituições – a superestrutura (Estado, direito, religião) – e visões de mundo (como conjunto orgânico de valores e representações) de uma classe social determinada que permitiriam a dominação de classe.

Embora apoiada no modelo marxista basilar de estrutura e superestrutura, a outra concepção de ideologia aqui exposta inova ao identificar uma significação positiva para o conceito. De acordo com Gramsci, as ideologias historicamente "orgânicas" seriam as concepções de mundo necessárias a certa estrutura social, isto é, elas estariam adequadas a um estágio específico do desenvolvimento da história. Viu-se que Gramsci compreende cada homem como portador de uma concepção de mundo composta por diferentes ideologias. Nesse sentido, segundo o pensador, a ideologia da classe dominante não tomaria por completo as consciências dos homens, permitindo a emergência de uma ideologia proletária, o marxismo. O marxismo partiria das experiências concretas das massas, e nelas encontraria as bases para a sua concepção de mundo. Também a ciência seria uma ideologia, situada historicamente e advogando um ponto de vista, a objetividade.

Espera-se com isso, isto é, com todas as informações apresentadas sobre a ideologia, tal como ela foi pensada por Karl Marx e Antonio Gramsci, que este texto tenha contribuído para o esclarecimento do conceito e sirva como base teórica para o seu ensino.

Referências Bibliográficas

- BUONICORE, A. (2011). *Ideologia e intelectuais na obra de Antônio Gramsci*. Texto disponível em:
<http://fmauriciograbois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=9&id_publicacao=422&id_indice=2358>
- CERQUEIRA FILHO, G. (1988). *Análise Social da Ideologia*. São Paulo: EPU.
- CHAUÍ, M. (1983). *O Que é Ideologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- EAGLETON, T. (1997). *Ideologia – Uma Introdução*. São Paulo: Ed. UNESP, Ed. Boitempo.
- GORENDER, J. (1983). Apresentação. In: MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Ed. Abril Cultural.
- _____. (2007). Introdução – O nascimento do Materialismo Histórico. In: MARX, E., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- GRAMSCI, A. (1968). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Parte I – Contribuição para uma história dos intelectuais. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- _____. (1978). *Concepção Dialética da História*. Parte I – Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- KONDER, L. (2002). *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Ed. Cia das Letras.
- HALL, S., MCLENNAN, G., LUMLEY, B. (1980). Política e Ideologia: Gramsci. In: HALL, S. et al. *Da Ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- LAJOLO, L. (1982). *Antonio Gramsci – Uma vida*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- LIGUORI, G. (2007). Ideologia e Concepção de Mundo. In: *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- LÖWY, M. (1985). *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Ed. Cortez.
- _____. (2003). O Marxismo ou o desafio do “princípio de carruagem”. In: *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Ed. Cortez.
- MARX, K., ENGELS, F. (2007). *A ideologia alemã*. Vol. 1, parte I. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- MARX, K. (1961). Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda.
- _____. (1968). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Ed. Escriba.
- _____. (1983). A mercadoria. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Abril Cultural.
- ZIZEK, S. (2007). O espectro da ideologia. In: ZIZEK (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.